

Transição das Florestas do Ministério da Agricultura para o Ambiente é "escandalosa" e pode gerar "disfuncionalidades" na UE

Págs. II-III



Maria do Céu Albuquerque é a nova ministra da Agricultura e Ricardo Serrão Santos é o novo ministro do Mar.

Destaques

Linha de crédito do BEI até 300 milhões fica "operacional no início de 2020"

Pág. IV

Cargill vende fábricas de Alverca e Ovar à Nutreco

Pág. V

As OP garantem "maior peso nas negociações com compradores e parceiros comerciais"

Págs. VI e VII

Água de Monchique duplica produção

Pág. VIII

Editorial

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt



Um lampejo de bom senso

O Ministério da Agricultura foi reduzido a mínimos. A supressão, em contraciclo com a UE-28, da Alimentação da sua nomenclatura e a inusitada transição da Secretaria de Estado das Florestas da Agricultura para o Ambiente são más notícias para o setor.

Vá lá que, num lampejo de bom senso de última hora, o Primeiro-Ministro manteve a gestão do PDR 2020 na alçada da Agricultura. Chegou a temer-se o pior, ou seja, a sua transferência para o Ministério da Coesão Territorial. Não se tendo concretizado, o que esperamos é que Ana Abrunhosa vá gerir com equidade e eficácia, não o declínio do território, mas os restantes fundos comunitários, também para o Interior, de que Portugal dispõe e os programas operacionais (PO) regionais.

A arquitetura do Governo traz, porém, novos constrangimentos. Até na articulação com a UE. O Conselho Europeu de Agricultura e Pescas reúne os ministros de cada Estado-Membro com essa tutela. A maioria dos países faz-se representar por um ministro. Outros enviam dois. É o caso de Portugal, até aqui representado por Capoulas Santos (Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural), e Ana Paula Vitorino (Mar).

A próxima reunião é a 18 de novembro e, com a transferência das Florestas para o Ambiente, é ainda uma incógnita se Portugal se vai fazer representar com dois ou com três ministros, a saber: Maria do Céu Albuquerque (Agricultura), Ricardo Serrão Santos (Mar) e Matos Fernandes (Ambiente).

A questão não é de somenos. Prende-se, desde logo, com o peso político dos dois – ou dos três – ministros em Bruxelas na negociação do envelope financeiro para 2021-2027. Depois, convém notar que o Conselho legisla em domínios tão diversos como a produção de alimentos, o desenvolvimento rural e as pescas e, entre eles, a silvicultura (gestão da floresta e condução dos povoamentos florestais). E, importantíssimo, a Política Agrícola Comum (PAC). Como vão os três governantes articular-se em Portugal e repartir as pastas – e os milhões – nos corredores de Bruxelas?

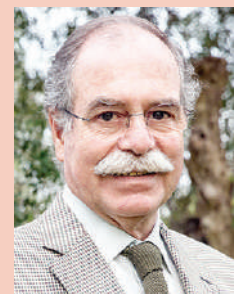
Por fim, a Alimentação. Ou melhor, a sua omissão no figurino do Governo. É que essa está longe de ser a tendência nos países desenvolvidos e com um setor agrícola mais pujante na UE-28, cujos ministérios da Agricultura contemplam a Alimentação na sua nomenclatura e nas suas políticas (Alemanha, França, Reino Unido, Dinamarca, Itália, Espanha ou Irlanda). Aliás, só na República Checa, Croácia, Letónia, Lituânia e Hungria a designação é tão exígua para a Agricultura quanto a de Portugal.

Impõe-se perguntar: a que pelotão Portugal quer mesmo pertencer?

EX-CONSELHEIRO DA REPER ALERTA PARA “DIFICULDADES DE COORDENAÇÃO” COM “IMPACTOS NEGATIVOS NA OPERAÇÃO DIÁRIA DE PORTUGAL EM BRUXELAS”

Transição das Florestas do Ministério da Agricultura para o Ambiente é “escandalosa” e pode gerar “disfuncionalidades” na UE

EDUARDO OLIVEIRA E SOUSA
Presidente da CAP - Confederação dos Agricultores de Portugal.



“Mais importantes que o nome do ministério e respetivas estruturas governativas são as políticas que vierem a ser praticadas. O desempenho do setor ao longo dos últimos anos fala por si”

GONÇALO ALMEIDA SIMÕES
Especialista em assuntos europeus e ex-conselheiro da REPER – Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia.



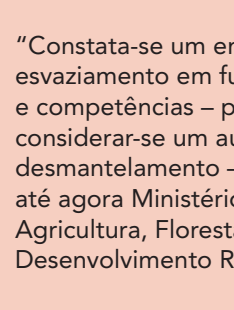
“A saída das Florestas do Ministério da Agricultura cria disfuncionalidades e dificuldades de coordenação evidentes nas reuniões do Conselho de Agricultura e Pescas da UE”

JOSÉ DIOGO ALBUQUERQUE
Ex-secretário de Estado da Agricultura e CEO do Agroportal



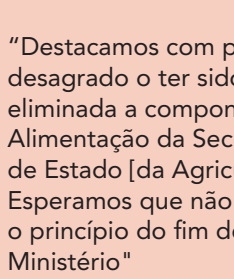
“Desentranhar as Florestas do Ministério da Agricultura e passá-la para o Ambiente é tão errado como escandaloso. A nossa floresta está intimamente ligada à nossa Agricultura”

PEDRO SANTOS
Membro da Direção Nacional da CNA - Confederação Nacional da Agricultura



“Constata-se um enorme esvaziamento em funções e competências – pode considerar-se um autêntico desmantelamento – do até agora Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural”

PEDRO QUEIROZ
Diretor-geral da FIPA – Federação das Indústrias Portuguesas Agroalimentares



“Destacamos com particular desagrado o ter sido eliminada a componente da Alimentação da Secretaria de Estado [da Agricultura]. Esperamos que não seja o princípio do fim deste Ministério”

Ministério da Agricultura. Tão-só. Aquele que chegou a ser o super-Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território e era, na anterior legislatura, o Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural é agora tutelado por uma ministra que o setor desconhece e esvaziou-se. Está reduzido a mínimos. ‘Deixou cair’ as Florestas para o Ministério do Ambiente, ainda que, num lampejo de bom senso de última hora, tenha mantido a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e a gestão do Programa de Desenvolvimento Rural (PDR 2020) na sua alçada. Esta nova arquitetura pode, porém, criar problemas institucionais e funcionais, em Portugal e na Europa. Não falando da perda de peso político do Ministério que esta divisão de tutelas acarreta. Especialistas ouviram pela “Vida Económica” avisam: “Desentranhar as Florestas do Ministério da Agricultura e passá-las para o Ministério do Ambiente é tão errado como escandaloso”, porque “a nossa floresta está intimamente ligada à nossa Agricultura”. E um outro alerta: nas reuniões do Conselho de Agricultura e Pescas da União Europeia (UE), onde é discutida a Política Agrícola Comum (PAC), por exemplo, “pode criar disfuncionalidades e dificuldades de coordenação evidentes”.

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Gonçalo Almeida Simões é especialista em políticas públicas e assuntos europeus. Mas é a experiência de ex-conselheiro da Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia (REPER) que lhe faz colocar mais reservas quanto ao novo figurino do Governo no que toca à Agricultura.

Diz que, quanto à orgânica do Ministério da Agricultura “versus” orgânica da UE, “há um critério objetivo que este Governo não poderia ter ignorado: é que Portugal está na UE desde 1986 e é beneficiário da PAC, sendo que, no contexto do Quadro Financeiro Plurianual (orçamento UE), recebeu 4,1 mil milhões de euros para o primeiro pilar (ajudas diretas) e quatro mil milhões para segundo pilar (desenvolvimento rural).

Ou seja, “Portugal, então membro da CEE, não só teve de transpor para a sua ordem jurídica o ‘acquis communautaire’ PAC como conformou parcialmente a sua orgânica de funcionamento em termos de governo, direções-gerais e agência de pagamento”. Disso é exemplo “a participação no Conselho AGRIFISH, comités e grupos de trabalho PAC”, frisa Gonçalo Almeida Simões. Por isso, e “por muito inovador que um governo queira ser, há limites orgânicos que não devem ser violados, sob pena de provocar disfuncionalidades com impactos negativos na operação diária de Portugal em Bruxelas”.

“Basta pensar no Conselho AGRIFISH que se realiza uma vez por mês em Bruxelas/Luxemburgo, em que estão presentes os ministros dos 28 Estados-Membros”, diz. E “o facto de as agendas por si só terem Agricultura e Pescas e exigirem quase sempre a presença de dois ministros e dois secretários de Estado”.

Assim, com a saída das Florestas da Agricultura, “seria agora necessária a presença de três ministros (Agricultura, Mar e Ambiente) e três secretários de Estado, “criando disfuncionalidades e dificuldades de coordenação evidentes”. E isso é, “em termos de ‘timing’, ainda mais grave, pois estamos em plena negociação de reforma da PAC, com proposta de cortes para o Desenvolvimento Rural, e Portugal terá a Presidência da UE no primeiro semestre de 2021”.

Ou seja, “a complexidade dos dois desafios já é por



Maria do Céu Albuquerque é a nova ministra da Agricultura.

si só suficiente para que ainda sejam adicionadas dificuldades que consumirão o precioso tempo da nova ministra, que terá que estar em constantes atividades de coordenação com outros ministérios que, de forma experimental, passarão a gerir competências outrora do Ministério da Agricultura”.

E “é bom não esquecer” o ponto de partida de Portugal para o quadro financeiro plurianual (QFP) 2021-2027. Num artigo publicado no último domingo no Agroportal, Gonçalo Almeida Simões lembra que Portugal parte de 4,2 mil milhões de euros no primeiro pilar (vs 4,1 mil milhões no QFP 2014-2020) e de 3,4 mil milhões de euros no segundo pilar (vs 4,0 mil milhões QFP 2014-2020). O país tem, por isso, “uma árdua tarefa pela frente, que é a de recuperar 600 milhões de euros no segundo pilar”.

“Desvalorização ou secundarização da Agricultura”

A transição das Florestas da Agricultura para o Ministério do Ambiente e da Ação Climática gera “um esvaziamento do Ministério da Agricultura e uma secundarização deste setor da economia”, considera o ex-secretário de Estado da Agricultura de Assunção Cristas, José Diogo Albuquerque.

Para o ex-governante, “desentranhar as Florestas do Ministério da Agricultura e passá-las para o Ambiente é tão errado como escandaloso”, uma vez que “a nossa floresta está intimamente ligada à Agricultura. Aliás, a sua sobrevivência e sustentabilidade depende da simbiose com a Agricultura e da existência de empresários competitivos”.

E lamenta: “passámos do que foi chamado um mega-Ministério (Agricultura, Mar e Ambiente), com uma ministra e quatro secretários de Estado, para um micro-Ministério, com uma ministra e apenas um secretário de Estado”. Quer dizer que “este setor produtivo, crucial para a sustentabilidade da economia, que durante a crise manifestou uma resiliência e coragem invulgares, deixou de estar no centro da decisão política”.

José Diogo Albuquerque, pese embora a coincidência do apelido, não conhece a nova ministra Maria do Céu Albuquerque. “Não a conheço”, garante. Conhece, sim, é o secretário de Estado, Nuno Russo, que “é conhecedor do setor, da gestão administrativa, e reconhecidamente competente”. O desafio, diz, “será como se organizarem num Ministério tão pequeno e com pouco peso na governação, que terá que se articular com outros ministros e ministérios para não perder as verbas do desenvolvimento rural relativas às florestas para o Ambiente e conseguir garantir que a



Ricardo Serrão Santos é novo ministro do Mar.

Agricultura continuará a beneficiar dos outros fundos estruturais”.

Será, pois, “confusa” a execução do PDR 2020 daqui por diante e mais ainda a negociação em Bruxelas da nova PAC com três ministérios – Agricultura, Mar e Ambiente – a disputarem a gestão das verbas. Lamenta, pois, que o Governo “espartilhe a responsabilidade por vários ministérios e divida a coordenação política dos dossiers”. O ex-governante espera, ao menos, que “seja expressamente atribuída a liderança do processo ao Ministério da Agricultura nas negociações da PAC e que esta se mantenha na execução em Portugal”.

“Preocupa ver o Ministério da Agricultura ser esvaziado de funções”

A FIPA – Federação das Indústrias Portuguesas Agroalimentares também não esconde a apreensão quanto à nova arquitetura do Governo. Pedro Queiroz, diretor-geral da Federação, é claro: “Naturalmente que nos preocupa ver o Ministério da Agricultura ser esvaziado de funções que sempre vimos como interligadas”.

No entanto, aquilo que a FIPA destaca “com particular desagrado é o facto de ter sido eliminada a componente da Alimentação ao nível da secretaria de Estado”. É que, diz Pedro Queiroz, “esta tinha sido uma evolução muito importante com vista à adoção de uma política mais agroalimentar, mas o que parece agora é que se pretende voltar a um modelo marcadamente agrário”.

O responsável da FIPA só espera que este “não seja o princípio do fim deste Ministério e que um dia não seja integralmente relegado para uma secretaria de Estado num outro Ministério”. Já quanto a Maria do Céu Albuquerque, a nova ministra, “esperamos poder, no final do exercício de funções, fazer uma avaliação positiva do trabalho e dizer que soube defender e alavancar os vários eixos de competitividade da indústria portuguesa agroalimentar”.

Quanto à execução do PDR 2020 e a negociação da nova PAC em Bruxelas, Pedro Queiroz é cauteloso. “Exige-se do Governo que esteja à altura dos desafios que envolvem o setor agroalimentar e que, para tal, dê o exemplo ao nível da capacidade de coordenação das várias tutelas”. É que “seria um desastre para o interesse nacional ver os diferentes mistérios a competirem uns com os outros e os diversos interlocutores de costas viradas”.

“Desempenho do setor ao longo dos últimos anos fala por si”

A CAP - Confederação dos Agricultores de Portugal

é mais cautelosa. Eduardo Oliveira e Sousa diz à “Vida Económica” que “mais importantes que o nome do Ministério e as respetivas estruturas governativas são as políticas que vierem a ser praticadas relativamente ao setor”. E sendo as posições da CAP sobre as várias matérias “conhecidas e sobejamente divulgadas”, o presidente está tranquilo: “Qualquer responsável político que assuma funções nesta área sabe quais são as posições dos agricultores, independentemente da designação e da estrutura do Ministério”.

Sobre a eventual secundarização da atividade agrícola na economia, Eduardo Oliveira e Sousa não hesita: “o desempenho do setor ao longo dos últimos anos fala por si, pelo que penso que nenhum governante pretenderá menosprezar a atividade”.

Quanto à execução do PDR 2020 e à negociação da nova PAC em Bruxelas, com três ministérios – Agricultura, Mar e Ambiente – a disputarem a gestão das verbas, o presidente da CAP começa por dizer que “as verbas destinam-se ao setor agrícola e florestal e ao seu desenvolvimento, e não aos ministérios”. E, “mais uma vez, tudo depende das políticas seguidas e das opções que vierem a ser tomadas nessas matérias, sobre a quais a CAP tem vindo a manifestar as suas posições ao longo dos últimos anos”.

“Ministério da Agricultura espremido ao mínimo”

A CNA - Confederação Nacional da Agricultura constata “um enorme esvaziamento em funções e competências da estrutura central mais responsável pelo até agora Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural”. Que pode até “considerar-se um autêntico desmantelamento”.

Em declarações remetidas à “Vida Económica” por Pedro Santos, membro da Direção, a CNA lamenta que as suas atividades e sobre as organizações agro-rurais”, diz a CNA. Receia, aliás, que “seja estendida por três ministérios a ‘via sacra’ do percurso institucional e seus ‘complicómetros’, do setor agroflorestal e dos agricultores, tantos são, agora, os ministérios da tutela”.

Isto, não falando no “muito previsível o aumento da carga tecnoburocrática a recair sobre os agricultores e as suas atividades e sobre as organizações agro-rurais”, diz a CNA. Receia, aliás, que “seja estendida por três ministérios a ‘via sacra’ do percurso institucional e seus ‘complicómetros’, do setor agroflorestal e dos agricultores, tantos são, agora, os ministérios da tutela”.

Portugal é caso raro na UE-28 em que a Agricultura ‘deixou cair’ a Alimentação

Os mistérios da Agricultura nos países da UE-28

BÉLGICA 3 REGIÕES - VALÓNIA - FLANDRES - BRUXELAS	- Denis DUCARME, Ministro da Classe Média, dos Trabalhadores Independentes, PME, Agricultura e Integração Social - René COLLIN, Ministro da Agricultura, Natureza, Assuntos Rurais, Turismo e Património - Koen VAN DEN HEUVEL, Ministro Flamengo do Meio Ambiente, Natureza e Agricultura
BULGÁRIA	- Desislava TANEVA, Ministra da Agricultura, Alimentação e Florestas
REPÚBL. CHECA	- Miroslav TOMAN, Ministro da Agricultura
DINAMARCA	- Mogens JENSEN, Ministro da Alimentação, Pescas e Igualdade de Oportunidades e da Cooperação Nórdica
ALEMANHA	- Julia KLÖCKNER, Ministra Federal da Alimentação e Agricultura
ESTÓNIA	- Mart JARVIK, Ministro dos Assuntos Rurais - Rene KOKK, Ministro do Ambiente (com a tutela das Pescas)
IRLANDA	- Michael CREED, Ministro da Agricultura, Alimentação e da Marinha
GRÉCIA	- Makis VORIDIS, Ministro do Desenvolvimento Rural e da Alimentação
ESPAÑHA	- Luis PLANAS Puchades, Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação
FRANÇA	- Didier GUILLAUME, Ministro da Agricultura e Alimentação
CROÁCIA	- Marija VUCKOVIC, Ministro da Agricultura
ITÁLIA	- Teresa BELLANOVA, Ministra da Política Alimentar e Florestal
CHIPRE	- Costas KADIS, Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Ambiente
LETÓNIA	- Kaspars GERHARDS, Ministro da Agricultura
LITUÂNIA	- Andrius PALIONIS, Ministro da Agricultura
LUXEMBURGO	- Romain SCHNEIDER, Ministro da Agricultura, Viticultura e Desenvolvimento Rural e Ministro da Segurança Social
HUNGRIA	- István NAGY, Ministro da Agricultura
MALTA	- José HERRERA, Ministro do Desenvolvimento Sustentável, do Ambiente e das Alterações Climáticas
HOLANDA	- Carola SCHOUTEN, Ministra da Agricultura, Natureza e Qualidade Alimentar
AUSTRIA	- Maria PATEK, Ministra federal da Sustentabilidade e do Turismo
POLÓNIA	- Jan Krzysztof ARDANOWSKI, Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural - Marek GROBARCZYK, Ministro da Economia Marítima e da Navegabilidade
PORTUGAL 3 MINISTROS 3 SECRETÁRIOS DE ESTADO	- Maria do Céu ALBUQUERQUE, Ministra da Agricultura - Nuno RUSSO, secretário de Estado do Desenvolvimento Rural - Ricardo SERRÃO SANTOS, Ministro do Mar - José APOLINÁRIO, Secretário de Estado das Pescas - Matos FERNANDES, Ministro do Ambiente e da Ação Climática - João CATARINO, Secretário de Estado da Conservação da Natureza, das Florestas e do Ordenamento do Território
ROMÉNIA	- Petre DAEA, Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural
ESLOVÉNIA	- Aleksandra PIVEC, Ministra da Agricultura, Florestas e Alimentação
ESLOVÁQUIA	- Gabriela MATEJNÁ, Vice Primeira-Ministra e Ministra da Agricultura e Desenvolvimento Rural
FINLÂNDIA	- Jari LEPPä, ministro da Agricultura e da Floresta
SUÉCIA	- Jennie NILSSON, ministra dos Assuntos Rurais
REINO UNIDO	- Eustice GEORGE, ministro de Estado, da Agricultura, Pescas e Alimentação

Transição das Florestas da Agricultura para o Ambiente: “o Governo e o Estado irão paralisar nos próximos dois anos”

A nova arquitetura do Governo – 19 ministros e 50 secretários de Estado – e, em concreto, a transição das Florestas da tutela da Agricultura para o Ministério do Ambiente e Ação Climática, cuja Secretaria de Estado da Conservação da Natureza, das Florestas e do Ordenamento do Território fica a cargo de João Catarino, não augura nada de bom.

José Martino, engenheiro agrónomo e CEO da consultora Espaço Visual, especializada na área agrícola e agroindustrial, é demolidor: “com a mudança efetuada, o Governo e o Estado irão paralisar nos próximos dois anos, quer pela orgânica, quer pela luta interna entre tutelas e personalidades, quer pela deficiência e exiguidade do Orçamento do Estado para tamanha ambição” decorrente do programa do Executivo.

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

“Há muitos anos que não concordo com as mudanças de organização casuística da orgânica do Governo com o objetivo de o primeiro-ministro tentar entrar na História por este facto”, começa por dizer José Martino. É que, com essas experiências, “obtem-se como resultados custos elevados para Portugal e para os portugueses”. Não

falando na “ineficiência resultante da falta de tempo para aprofundar as soluções quanto ao funcionamento dos ministérios, secretarias de Estado e demais organismos”.

O ideal era não haver alterações “pelo menos durante 12 anos e três legislaturas completas”, ou seja, pelo “período temporal de meia geração”. Mas não foi assim. E, para o CEO da Espaço Visual, “com a mudança efetuada, o Governo e o Estado irão paralisar nos próximos dois anos, quer pela orgânica, quer pela luta interna entre tutelas e personalidades, quer pela deficiência e exiguidade do Orçamento do Estado para tamanha ambição”.

Quanto à transição das Florestas da Agricultura para o Ambiente, José Martino teme o pior. “Esta solução – de colocar as propostas para a agricultura no capítulo das alterações climáticas – irá falhar, porque o secretário de Estado da Conservação da Natureza, das Florestas e do Ordenamento do Território precisa, para além do existente, de mais 300 milhões de euros só para as florestas”. E essa verba, diz, “tem de ser proveniente do Orçamento do Estado de Portugal”. Veremos “a força política de Matos Fernandes para convencer Mário Centeno”.

“Do ponto de vista económico, domina a contingência e a contradição”

Para Álvaro Domingues, geógrafo, doutorado em Geografia Humana e do-

cente da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (FAUP), “a ‘floresta’ dá para falar de tudo – incêndios, eucaliptos bons e maus, ordenamento do território, infestantes, bombeiros e meios aéreos, negócios mais ou menos sombrios, sumidouros de carbono e de subsídios, parques e reservas naturais, abandono, biomassa, energia, propriedade fragmentada, sobreiros, pinheiros e do Robin dos Bosques”.

E, “diverso como é, o país tem florestas de tudo: infestantes, terrenos abandonados onde crescem matos e acácias, montados, eucalipto intensivo, pinhal mais ou menos misturado, terra ardida, árvores esparsas ou juntas que ninguém quer comprar, parques naturais e bosques estéticos com ‘treetop walk’”. Já “do ponto de vista económico, domina a contingência e a contradição”.

O geógrafo ironiza com a arquitetura do Governo. Diz que “a Secretaria de Estado das Florestas (da Conservação da Natureza e do Ordenamento do Território) migrou da Agricultura para o Ambiente e Acção Climática, com um Secretário de Estado que vem da Valorização do Interior, cuja pasta foi para o Ministério



João Catarino é o novo secretário de Estado da Conservação da Natureza, das Florestas e do Ordenamento do Território.

da Coesão Territorial”. Portanto, “no Dia da Árvore vão-se encontrar todos à volta de um carvalho”.

“Assim vai o mundo”, diz Álvaro Domingues. E “se as coisas já são complicadas, as palavras que lhes dão nomes ainda atrapalham mais”.

Linha de crédito do BEI até 300 milhões fica “operacional no início de 2020”

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

A linha de crédito negociada com o Banco Europeu de Investimento (BEI) e anunciada na Fruit Logistica de Berlim em fevereiro pelo ex-ministro da Agricultura para permitir o acesso a financiamento para investimentos agrícolas que, por esgotamento do PDR 2020, não tenham acesso aos fundos comunitários, deverá estar “operacional no início de 2020”.

E pode ir além dos 190 milhões referidos por Capoulas Santos, fixando-se “entre os 200 e os 300 milhões de euros”, revelou à “Vida Económica” Eduardo Diniz, diretor do Diretor-Geral do Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP) do Ministério da Agricultura, à margem de um evento em finais de outubro.

“O instrumento financeiro está a ser ultimado. A autoridade de gestão do PDR 2020 assinou um contrato de gestão com o BEI para alocar qualquer coisa que será entre os 200 e os 300 milhões de euros e agora o BEI está em fase de ultimização das escolhas das instituições bancárias que vão proporcionar este

fundo de fundos aos balcões dos bancos”, disse Eduardo Diniz.

Trata-se de “um instrumento que tem verbas do Desenvolvimento Rural [do PDR

2020], verbas dos bancos e verbas da Comissão Europeia e destina-se a financiar investimento que não foi ao PDR 2020”, explicou o diretor-geral do GPP. Essa é,

Linha do BEI: “passar das palavras aos atos”

Com o novo instrumento financeiro do BEI quase operacional e Maria do Céu Albuquerque na tutela da Agricultura, resta saber se a ministra vai ter “a capacidade e engenho para operacionalizar essa linha para apoiar os projetos dos jovens agricultores aprovados e não financiados”.

A afirmação é de José Martino, CEO da Espaço Visual, que lamenta que “a linha, e os seus montantes, que foi anunciada três vezes no consulado de Capoulas dos Santos, não tenha sido posta em prática”. Considera, por isso, necessário “passar das palavras aos atos”, de modo a que o instrumento possa “promover a concessão de empréstimos a muito longo prazo (17 anos) com períodos alargados de carência (sete anos), taxas de juros baixas

e processos tramitados junto da banca, para que sejam desburocratizados, pois os jovens agricultores têm de ter opções para financiar os seus projetos, têm de ter válvulas de escape”.

O consultor diz que “não é possível que apenas 1/3 das candidaturas agrícolas aprovadas sejam efetivamente financiadas sem que o Orçamento do Estado nacional coloque em cada ano mais 300 milhões de euros acima dos habituais, orçamentados, 120 milhões”. Por outro lado, espera “que se façam cumprir escrupulosamente os prazos legais de tramitação das ajudas e apoios financeiros aos projetos de investimento e demais processos burocráticos”. Se assim for, Maria do Céu Albuquerque “ficará na história” por “revolucionar o setor”.

pelo menos numa primeira fase, “a prioridade”. “Se for tudo esgotado aí, tanto melhor”. O horizonte temporal é coincidente com o do PDR (projetos aprovados até 31 de dezembro de 2020 e execução até 2023)”. As candidaturas são “para abrir e esgotar o quanto antes”.

As condições a oferecer aos investidores ainda não são conhecidas, mas Eduardo Diniz espera que “tenham maturidades boas”. Até porque se trata de “uma espécie de complemento ao PDR” e porque “é também um balão de ensaio para ver se este instrumento tem alguma adaptação e pode ser replicável num futuro quadro [comunitário]”.

Trata-se de “um empréstimo”, mas “em condições mais favoráveis do que o mercado conhece”. Uma delas é que “os beneficiários finais não têm de pagar taxas absolutamente nenhuma ao BEI, nós é que pagamos as taxas”.

Ciente de que “há uma componente administrativo-burocrática que decorre muito do sistema financeiro” e que está em fase de conclusão, o diretor do GPP está esperançoso. “Admito que, no início do próximo ano, a linha esteja operacional”.

NEGÓCIO DOS ALIMENTOS PARA ANIMAIS GEROU 1400 MILHÕES DE EUROS EM 2018 E EMPREGA 3500 PESSOAS

Cargill vende fábricas de Alverca e Ovar à Nutreco

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

A multinacional holandesa Nutreco, com cerca de um século de atividade e que detém a fábrica da Nanta no Marco de Canaveses, assinou um acordo a 30 de outubro para a aquisição do negócio de alimentos compostos para animais da Cargill em Portugal. A operação engloba as duas unidades industriais – Alverca e Ovar – que a multinacional americana detinha no nosso país. O montante financeiro do negócio não foi divulgado.

De acordo com o comunicado enviado pela Nutreco, a transação está ainda sujeita à aprovação da Autoridade da Concorrência portuguesa, devendo a operação ficar concluída no prazo de “três a cinco meses”. Nessa altura, sublinha a Nutreco, as duas unidades fabris da Cargill integrarão e reforçarão o negócio da Nanta, que, por sua vez, faz parte do negócio ibérico de rações para animais da Nutreco. A multinacional holandesa assume que, “concluir esta transação, faz parte da nossa estratégia para fortalecer e aumentar a nossa base na Península Ibérica”.

A Nutreco afirma-se como “líder global em nutrição animal e alimentação para peixes”, cujas “soluções nutricionais avançadas estão na origem da fabricação de alimentos para milhões de consumidores em todo o mundo”. “Qualidade, inovação e sustentabilidade são os princípios orientadores, incorporados na cultura Nutreco, desde a investigação e aquisição de matérias-



-primas até à fabricação de produtos e serviços para a pecuária e aquicultura”.

A multinacional holandesa, liderada por Rob Koremans, CEO, emprega mais de 12 mil pessoas em 37 países, com vendas líquidas de 6,4 mil milhões de euros em 2018. Detém marcas globais como Skretting (alimentação para peixes) e Trouw Nutrition (nutrição animal), que são vendidas em mais de 90 países. A Nutreco é ainda subsidiária da SHV Holdings N.V., uma multinacional de origem familiar com vendas líquidas de 20,1 mil milhões de euros em 2018.

IACA: “são bem-vindas estas movimentações”

Por sua vez, a multinacional Cargill tem 154 anos de atividade, opera em 70

países em todo o mundo e emprega cerca de 160 mil pessoas. Desenvolve atividade em várias áreas, desde a alimentar (incluindo o retalho), a bioindústria, a nutrição animal, ao setor da proteína e do sal e à metalomecânica e indústria naval.

As receitas do grupo totalizaram 113,5 mil milhões de dólares no último ano (menos 1% face a 2017). Os ganhos operacionais ajustados ao ano fiscal de 2019 atingiram os 2,82 mil milhões de euros, o que significou uma queda de 12% em relação ao melhor desempenho do ano passado. O lucro líquido diminuiu 17%, para 2,56 mil milhões de euros.

A companhia americana admite que, no segmento da nutrição animal os resultados “caíram no ano passado”, uma vez que os negócios na área da aquicultura, ração combinada, pré-mistura

e aditivos alimentares “enfrentaram muitos desafios regionais, incluindo a disseminação da peste suína africana na China e nos países vizinhos”.

No comunicado emitido pela Nutreco, a diretora regional de negócios para a região EMEA (Europa, Oriente Médio e África), Jolanda van Haarlem, é taxativa: “a operação é o resultado dos nossos esforços para alinhar geograficamente os ativos de nosso portfólio com nossa estratégia de focar na excelência nutricional básica”. Por outro lado, a aquisição das duas fábricas “também cria novas oportunidades de crescimento para os nossos negócios e a nossa estrutura de pessoal, que é uma organização com um forte apetite para a realização de investimentos e que continuará a respeitar todos os direitos de longo prazo dos nossos clientes e trabalhadores”.

A “Vida Económica” questionou o diretor-geral da IACA – Associação dos Industriais de Alimentos Compostos para Animais sobre esta operação. Responderam tecer grandes comentários ou avançar com números, Jaime Piçarra salientou, contudo, que “são bem-vindas estas movimentações”, considerando até “normal” que tenha surgido este negócio “em resposta a alguma rigidez” de alguns operadores.

O certo é que, concretizada a transação, a Nutreco, que desenvolve atividade no chamado “mercado livre” (não têm atividade no domínio da produção animal), “vai passar para o top 5 do mercado português” do setor. Por sua vez, “a Cargill deixa de ter atividade em Portugal”.

Negócio dos alimentos para animais vale 12% da indústria agroalimentar

O negócio da produção de alimentos compostos para animais movimenta anualmente (dados de 2018) cerca de 1400 milhões de euros (cerca de 12% da indústria agroalimentar). No entanto, se a este valor se somar o gerado pela atividade pecuária, o volume de negócios conjunto atinge os 2760 milhões de euros.

As empresas associadas da IACA – Associação dos Industriais de Alimentos Compostos para Animais, que este ano celebra 50 anos e à qual preside José Romão Braz, dão emprego a cerca de 3500 pessoas.

Em 2018, a produção deste setor das empresas associadas na IACA registou um incremento de 2,5%. Tal ficou a dever-se ao crescimento nos alimentos para bovinos (3,0%) e outros animais (18,0%), face a uma relativa estagnação na produção de alimentos para aves (0,8%) e a um ligeiro decréscimo nos suínos (-1,4%). Estas tendências “acabam por estar relativamente coerentes e em linha com a estatística da amostra que mensalmente analisamos”, diz a IACA.

De acordo com os dados da Associação, “é de destacar, no entanto, os ou-

tros animais, em que a maior variação face à amostra fica a dever-se ao facto de, por exemplo, os alimentos para ‘petfood’ [alimentos para animais de companhia], entre outros, não serem contemplados, uma vez que as principais empresas produtoras não fazem parte desse universo”. E este, diz a IACA, “é um mercado claramente em expansão (4% de quota de mercado das empresas associadas na IACA), com uma componente de exportação igualmente significativa e que, em alguns casos, se situa no patamar dos 30%”.

Ao nível da estrutura da produção, a liderança do mercado continua a pertencer ao setor avícola, com cerca de

Produção de Alimentos Compostos para Animais
(Empresas Associadas na IACA)
1 000 Toneladas

	2017	2018	Var. %
Aves	1 408	1 419	0,8
Bovinos	731	753	3,0
Suínos	742	732	-1,4
Outros	305	360	18,0
TOTAL	3 186	3 264	2,5

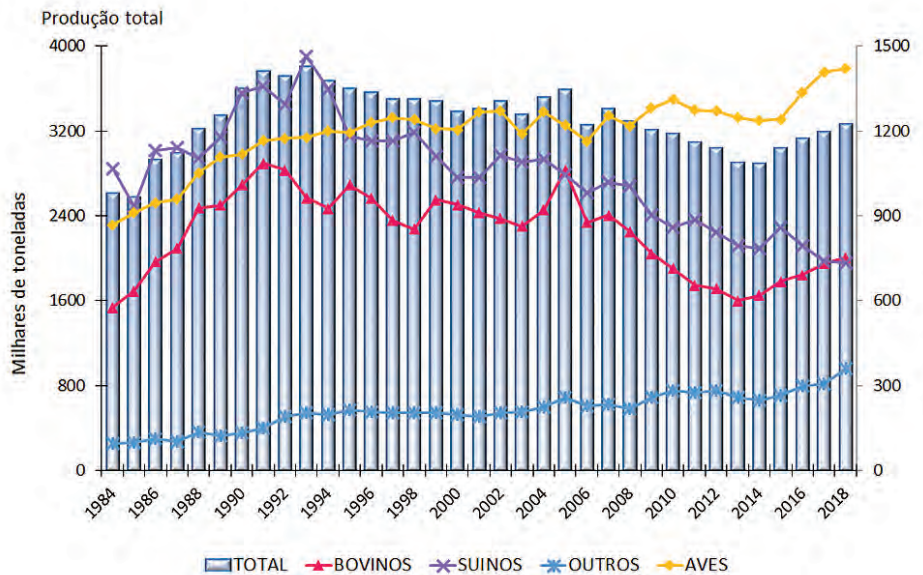
FONTE: IACA - Associação Portuguesa dos Industriais de Alimentos Compostos para Animais.

44% da produção de alimentos compostos em Portugal, seguindo-se os bovinos e suínos com uma grande proximidade (23% e 22%, respetivamente), e os outros animais a reforçarem a sua quota de penetração no mercado, atingindo-se os 11%.

A par da tendência para a especializa-

ção, alguma concentração da atividade – de que o negócio entre a Nutreco e a Cargill é um exemplo – e a resiliência do mercado livre, “foram as principais características do mercado nacional em 2018, ainda condicionado pelo impacto da seca nos ruminantes, sobretudo nos primeiros meses”.

Evolução da produção de alimentos compostos



FRANCESCO MONTANARI, 'HEAD OF REGULATORY AFFAIRS' DA ARCADIA INTERNATIONAL, É TAXATIVO

As OP garantem “maior peso nas negociações com compradores e parceiros comerciais”

A Direção-Geral da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (DG-Agri) da Comissão Europeia (CE) divulgou em finais de outubro aquela que é a primeira abordagem sistematizada sobre o estado do associativismo agrícola e da organização cooperativa do setor na União Europeia (UE). Intitula-se “Estudo das melhores formas de formação de organizações de produtores, realização das suas atividades e apoio” e foi encomendado à Arcadia International, à Ernst & Young e a vários especialistas independentes. Em entrevista à “Vida Económica”, Francesco Montanari, ‘Head of Regulatory Affairs’ da Arcadia International e um dos relatores do estudo, elogia a iniciativa da CE e revela algumas das surpresas com que se confrontou. Sobre a importância das OP, o especialista não tem dúvidas: pertencer a uma OP dá “garantia de um melhor acesso ao mercado” e “um maior peso nas negociações com compradores e parceiros comerciais”.

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Vida Económica – Neste estudo agora apresentado pela Direção-Geral de Agricultura (DG-Agri) da Comissão Europeia, que importância têm as OP na estruturação da produção agrícola?

Francesco Montanari – O estudo que acabámos de realizar para a Comissão Europeia é o primeiro que visa proporcionar uma melhor compreensão relativamente ao papel, às atividades e ao desempenho das OP no setor agrícola a nível europeu. O estudo baseia-se, entre

outros métodos, em inquéritos e entrevistas com representantes das OP, agricultores membros, ou não, dessas organizações, entidades competentes ao nível nacional, bem como outros operadores da cadeia agroalimentar de vários países europeus.

A análise das informações recolhidas aponta para existência de muitos elementos positivos imputáveis à cooperação horizontal ao nível da produção primária. Do ponto de vista dos agricultores, julgo que, entre os benefícios que a pertença a uma OP pode trazer,



Francesco Montanari, 'Head of Regulatory Affairs' da Arcadia International.

deve destacar-se a garantia de um melhor acesso ao mercado, bem como um maior peso nas negociações com compradores e parceiros comerciais.

Os outros operadores da cadeia agroalimentar também podem tirar partido de fazer negócios com as OP, pois estas organizações permitem assegurar continuidade a nível de fornecimentos e garantir uma maior qualidade dos produtos comercializados, por exemplo, prestando assistência técnica aos agricultores.

VE – O estudo refere que o número de OP na UE atinge mais de 42 mil, sendo que, em meados de 2017, havia 3505 OP e associações de organizações de produtores (AOP) reconhecidas, 50% das quais ligadas ao setor das frutas e legumes. Surpreende-nos estes números?

FM – Quando começámos o estudo, tínhamos efetivamente noção que o número das OP reconhecidas pudesse ser relativamente elevado. Especialmente em alguns países e setores em que, no passado, a agregação de produtores nestas estruturas foi incentivada a nível europeu e nacional, como no caso das frutas e legumes e do azeite.

“Com 139 OP reconhecidas em 2017, Portugal coloca-se No segundo grupo de países da União Europeia com o número mais elevado dessas entidades, juntamente com a Itália, a Polónia e a Grécia”

O que nos surpreendeu, na verdade, foi concluir que, segundo as nossas estimativas, as OP reconhecidas constituem atualmente apenas 9% das formas jurídicas de cooperação que os agricultores escolhem para colaborar entre si. Ou seja, na UE atualmente existiriam aproximadamente 42 mil entidades que juntam produtores nos vários setores agrícolas e cuja esmagadora maioria são cooperativas.

VE – França, Alemanha e Espanha são os três Estados-membros com mais OP e APO reconhecidas, respetivamente, 759, 658 e 588 entidades. Juntos, representam cerca de 60% do total das OP e AOP a nível da UE. Porque é que os outros países não se conseguem organizar tão eficazmente em termos de produção agrícola? O que é que dificulta?

FM – De acordo com o inventário

das OP e APO que realizámos, apenas três países – Estónia, Lituânia e Luxemburgo – não têm atualmente entidades desse género reconhecidas. No resto da União Europeia podemos concluir que o nível de organização da produção primária varia conforme o contexto socioeconómico nacional ou até regional e em função do setor produtivo específico em análise.

De forma geral, os agricultores não contribuem para a criação de uma OP ou não se juntam a uma existente por medo de virem a perder a sua própria identidade empresarial, bem como a autonomia nas próprias decisões comerciais. A ausência de incentivos para a formação das OP, os custos que o reconhecimento pode envolver e a escassa informação disponível ao nível local sobre como constituir uma OP são outros fatores que podem explicar a ausência de organizações reconhe-

cidas nalguns países. Além disso, nos países do Leste da Europa persiste ainda muita desconfiança para modelos de organização da produção primária que evoquem a experiência do coletivismo.

VE – E quanto a Portugal? O que é que falta para que haja mais OP e com mais dimensão, capacidade financeira e massa crítica?

FM – Considerando o tamanho do país e o setor agrícola nacional, consideramos que, tudo somado, Portugal tem um número bastante elevado de OP. Com 139 OP reconhecidas em

OP reconhecidas têm aumentado significativamente nos últimos anos em Portugal, nomeadamente no rescaldo da entrada em vigor das novas regras nacionais sobre o reconhecimento e graças à presença de incentivos disponibilizados através dos programas de desenvolvimento regional. O setor do arroz, das frutas e legumes e cerealífero contam com um número bastante elevado de OP que representam uma parte significativa da produção nacional.

Neste sentido e com base nos resultados do estudo, parece-me que a disponibilização de incentivos económicos bem como de mais informação

“Nos países do Leste da Europa persiste ainda muita desconfiança para modelos de organização da produção primária que evoquem a experiência do coletivismo”

2017, Portugal coloca-se no segundo grupo de países da União Europeia com o número mais elevado dessas entidades juntamente com a Itália, a Polónia e a Grécia.

Além disso, cabe salientar que as

sobre os benefícios concretos que as OP podem trazer para os agricultores são dois fatores que podem, no futuro, contribuir para a consolidação deste modelo organizacional no contexto agrícola nacional.

França, Alemanha e Espanha agregam 60% das OP na UE

O setor agroalimentar desempenha “um papel vital na economia da UE em termos de contribuição geral para o produto interno bruto (PIB) da UE”.

De acordo com o “Estudo das melhores formas de formação de organizações de produtores, realização das suas atividades e apoio” agora divulgado pela DG-Agri da Comissão Europeia (CE), o número de organizações de produtores na UE atinge mais de 42 mil, sendo que, em meados de 2017, havia 3.505 organizações de produtores (OP) e associações de organizações de produtores (AOP) reconhecidas, 50% das quais ligadas ao setor das frutas e legumes.

França, Alemanha e Espanha são, de acordo com o documento, os três Estados-membros com mais OP e APO reconhecidas, respetivamente 759, 658 e 588 entidades. Juntos, representam cerca de 60% do total das OP e AOP a nível da UE.

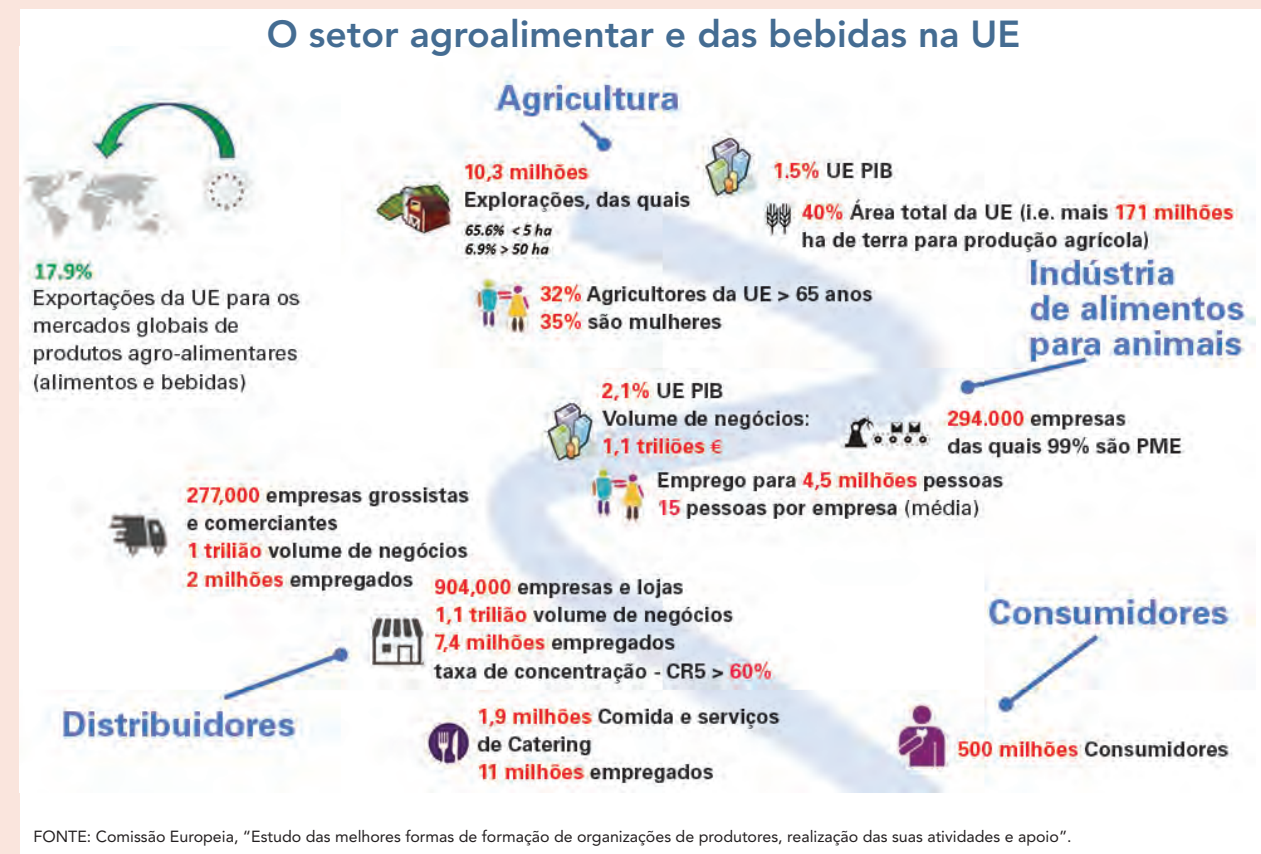
Note-se que a indústria de alimentos e bebidas e a agricultura representam, respetivamente, 2,1% e 1,5% do PIB da UE, tendo sido responsáveis por cerca de 110 mil milhões de euros de exportações em 2017 e por oportunidades de emprego para cerca de 44 milhões de pessoas em toda a cadeia de abastecimento alimentar da União, metade das quais trabalhadores rurais.

Em 2016, foram utilizados pouco mais de 171 milhões de hectares de terras na UE para a produção agrícola - cerca de 40% da área total da UE. As maiores áreas estão localizadas em França (27,8 milhões de hectares), em Espanha (23,3 milhões de hectares) e no Reino Unido (16,7 milhões de hectares).

Este estudo encomendado pela Comissão revela ainda que existem mais de 10 milhões de explorações agrí-

colas na EU e cerca de 11 milhões de agricultores. Cerca de um terço (3,1 milhões) dessas explorações está concentrado em organizações rurais e a sua área é, na maioria dos casos, menor que cinco hectares.

O estudo está disponível aqui: https://ec.europa.eu/info/files/study-best-ways-producer-organisations-be-formed-carry-out-their-activities-and-be-supported_en



A REFORMA DA LEGISLAÇÃO LABORAL 2019

O que mudou desde 1 Outubro

As Alterações do Código do Trabalho

As Alterações do Código dos Regimes Contributivos da Segurança Social

O que terá que implementar na Empresa

PROGRAMA

CONTRATOS A TERMO E PERÍODO EXPERIMENTAL - O QUE MUDA?
O FIM DO BANCO DE HORAS INDIVIDUAL E O NOVO BANCO DE HORAS GRUPAL.
ALTERAÇÕES AOS CONTRATOS DE MUITO CURTA DURAÇÃO, CONTRATOS INTERMITENTES E TRABALHO TEMPORÁRIO.
CONTRATAÇÃO COLECTIVA - O QUE MUDA?
A NOVA TAXA DE ROTATIVIDADE E OUTRAS ALTERAÇÕES AO CÓDIGO CONTRIBUTIVO.
REFORÇO DA PROTECÇÃO NA PARENTALIDADE E DOS TRABALHADORES COM DOENÇA ONCOLÓGICA.

FORMADORES

Dr. José Mota Soares Dr. Pedro Mota Soares Dra. Sílvia Martins Dra. Mafalda Portugal Faria Dra. Carolina Hecker

Destinatários

Advogados, Solicitadores, Licenciados em Direito, Estagiários, Gestores Públicos, Órgãos Estatutários, Administradores e Gestores de Recursos Humanos, Diretores, Chefes e Técnicos do Departamento de Recursos Humanos, Consultores de Recursos Humanos, Empregadores ou Entidades Patronais, Institutos Públicos, Empresas Públicas e Privadas, Sindicatos, Empresas de Seleção e Trabalho Temporário.

A Formação iniciará no horário já determinado, em caso de não estarem pelo menos 70% dos inscritos presentes, será dado uma tolerância de 15min após a hora determinada e terminará 15min após o horário determinado para o encerramento. Todos os participantes terão de assinar no início e no final do evento o formulário de presença e será enviado a todos os participantes o Diploma/Certificado de participação apenas se cumprir 90% da carga horária.

Material Pedagógico Distribuído

Envio através de email das Apresentações em PDF a todos os Formandos
Envio através de email de documentação que a Formadora ache determinante para uma melhor compreensão dos Formandos
Apresentações exibidas através de retroprojektor no local de realização

TEMPORIZAÇÃO

- 10H00 Credenciação
- 10H30 Início dos trabalhos
- 12H30 Pausa Almoço (1Hora)
- 13H30 Reinício dos Trabalhos
- 16H00 Coffee-Break (15min)
- 17H30 Final dos Trabalhos

Objetivos

A Formação tem por objetivo melhorar, atualizar e dotar os destinatários de competências técnicas e profissionais de modo a que possam acrescentar valor na sua atuação como profissionais independentes ou nas suas Empresas Públicas ou Privadas, estar a par do modo como os tribunais, Advogados Solicitadores têm aplicado a nova legislação em vigor em alguns pontos de especial interesse prático. Para tal, será discutida as recentes alterações legislativas, resolvidos casos práticos e apresentadas minutas, quando possível. Trata-se, pois, de colocar ao dispor de todos os profissionais da Área do Trabalho, matéria prática que possam contribuir, pela sua qualidade, contribuindo assim para a certeza e a previsibilidade das decisões. Compreender os mecanismos de compromisso de responsabilidade e as suas consequências práticas e aplicar as medidas legislativas à realidade perante a nova Reforma

Método

Exposições teóricas e debate.
Exame e análise crítica das regras e disposições legais.
Ilustração com exemplos e casos práticos.
Análise de situações apresentadas pelos participantes

Organização

Conferências
Formações
Sessões de Esclarecimento
Workshops
Formações Internas

Debate & Discursos

ORGANIZAÇÃO REALIZADA POR EVENTOS PARTICIPANTES

Home Page Jurídica

VidaEconómica

GRUPO EDITORIAL

dot2web

Software

NGMS

Chambers Europe 2019

Andersen Tax & Legal

Agente Formadora Certificada

Água de Monchique duplica produção

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Água de Monchique está a investir 7,8 milhões de euros na requalificação e modernização da sua unidade fabril nas Caldas de Monchique, no Algarve. As atuais linhas de engarrafamento vão ser substituídas por “novas opções mais modernas”, que permitirão à empresa “melhorar a sua performance e dar uma resposta adequada ao mercado”.

Vítor Hugo Gonçalves, CEO da Sociedade da Água de Monchique, sublinha que este projeto “é fundamental para a viabilidade e futuro” da companhia, permitindo-lhe “atingir a liderança do mercado da água em Portugal, reforçar a solidez da empresa, aumentar a nossa capacidade de exportação e fazer crescer a nossa marca”.

Questionado pela “Vida Económica” sobre se a substituição das linhas de

engarrafamento por novos equipamentos será acompanhada de um aumento da produção, o CEO revela que, “de forma faseada, podemos dobrar a atual produção, mas também nos permitirá melhorar substancialmente a qualidade do ‘packaging’ e apresentar ao mercado novas soluções”.

E o que querem dizer com a afirmação “atingir a liderança de mercado”?, perguntámos. O CEO foi taxativo: “Queremos ser líderes”, diz. “Queremos ser a marca com a maior quota de mercado. Mas queremos ser líderes na perceção da qualidade, na inovação, na partilha de valor, na área ambiental e na responsabilidade social”, acrescenta.

A empresa é hoje “a terceira marca nacional em valor”. Com o aumento da capacidade instalada, diz o CEO que “podemos passar dos 75 milhões de litros para 150 milhões de euros e com

isso podemos trabalhar para atingir esse objetivo”.



Para que as obras de remodelação da unidade sejam possíveis, a produção vai ser interrompida “até ao início de mês de dezembro”, após o que, “no último mês de 2019, será retomado o fornecimento ao mercado com os garrafões de cinco litros”. No início de 2020, a restante família Monchique estará disponível no mercado e “com novidades”.

A Sociedade da Água de Monchique, SA explora a concessão pública da água mineral de Monchique desde 16 de dezembro de 1992. É atualmente, um dos maiores ‘players’ no mercado nacional. As instalações fabris e logísticas localizam-se nas Caldas de Monchique, Algarve, numa área protegida superior a 50 hectares, em que a preservação dos aquíferos é “o fator crítico essencial, motivando uma logística de gestão sustentável do meio ambiente”.

ANIL premeia os melhores queijos de Portugal

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Dos 210 queijos inscritos na 11.ª edição do ‘Concurso Queijos de Portugal’, promovido pela Associação Nacional dos Industriais dos Lacticínios (ANIL), 23 vão passar a envergar o selo ‘Prémio Melhor Queijo 2019 - Concurso Queijos de Portugal’.

Outros 46 foram distinguidos no mesmo concurso com menções honrosas.

O anúncio e entrega dos galardões decorreu no final de outubro, no âmbito do evento ‘Grandes Escolhas Vinhos & Sabores 2019’, na FIL, em Lisboa.

Na edição deste ano, a Lacticoa destacou-se. A empresa dos Lacticínios do Côa conquistou um duplo ‘Prémio Melhor Queijo 2019’ para as referências ‘Vale do Côa’, nas categorias ‘Ovelha Amanteigado’ (novidade desta edição) e ‘Ovelha Cura Normal’.

Foram depois atribuídas duas menções honrosas aos queijos ‘Estrela do



Pastor’, nas categorias ‘Ovelha Cura Normal’ e ‘Ovelha Cura Prolongada’. A Queijos Quinta da Rigueira venceu nas categorias ‘Cabra Cura Normal’ e ‘Requeijão Cabra’ e arrecadou uma menção honrosa para o seu queijo de ‘Cabra Cura Prolongada’.

A edição deste ano primou pela aber-

tura de duas novas categorias: a de ‘Ovelha Amanteigado’, cujo vencedor foi referido acima; e a de ‘Novos Sabores Frescos’, na qual o eleito foi o ‘Herdade da Maia Requeijão de Ovelha com Doce de Abóbora’, da Sociedade Industrial Herdade da Maia.

Ganharam um duplo selo de vence-

dor a Lacticínios MAF, com o queijo de vaca de cura prolongada ‘A Queijaria Apimentada’ (tal como em 2018) e o ‘Rico Creme com Nozes’, para barrar, e a Lactimercados, com os queijos de ‘Cabra Cura Prolongada’ e ‘Mistura Cura Normal’ da marca ‘Quinta dos Moinhos Novos’.

De salientar a Queijo Saloio, na medida em que repete a proeza do louvor dos anos 2016, 2017 e 2018, na categoria ‘Mistura Cura Prolongada’, com o ‘Três Igrejas’ de seis meses de cura.

Em relação a 2018, diz a ANIL que “há bons ‘repetentes’” a envergar o selo de ‘Prémio Melhor Queijo’: Lacticínios do Paiva (‘Requeijão de Vaca’), Queijaria Sapata (‘Requeijão de Ovelha’); Prado da Sicó (‘Requeijão de Mistura’); Queijaria Guilherme (‘Queijo Fresco Atabafado’) e UNILEITE (‘Queijo Ilha’).

A lista completa dos queijos premiados pode ser consultada no site da ANIL (<https://www.anilact.pt/>)

Queijo do Monte da Vinha ganha ‘Ouro’ nos ‘World Cheese Awards’

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

O queijo de ovelha amanteigado da Queijaria Monte da Vinha, no Vimieiro (Alentejo), de 70 gramas, foi distinguido no último mês com a categoria ‘Ouro’ nos “World Cheese Awards”, que decorreram em Bérghamo, Itália.

O produto é 100% artesanal – constituído apenas por leite cru de ovelha, sal e cardo – e foi eleito em sistema de prova cega entre 3804 queijos de 42 países. Foi, aliás, “o único queijo português distinguido, entre outros portugueses a concurso”.

Um júri composto por mais de 300 membros – entre especialistas, ‘experts’ e críticos gastronómicos – provou quase 4000 queijos em dois dias, concentrados em 84 mesas.

Diz a empresa que “o segredo destes queijos de ovelha reside essencialmente na paixão e no respeito pelo produto”. E este, em particular, “é extremamente puro, sem qualquer aditivo”. A matéria-prima, o leite cru de ovelha, “tem de ser de primeiríssima qualidade e utilizamos cardo, um coagulante vegetal”.

A cura, revela a Queijaria Monte da Vinha, é outro “elemento fundamental”. As câmaras de maturação dos queijos

têm “condições de humidade, ventila-



ção e temperatura ideais, que tentam replicar as condições ideais na Primavera”.

São essas as razões por que “podemos encontrar estes queijos artesanais na ‘Classe executiva da TAP’ e em restaurantes de renome como a ‘Tasca da Esquina’, do ‘chef’ Vítor Sobral, ou no ‘Tapisco’, de Henrique Sá Pessoa, no clássico ‘Fialho’, em Évora, entre muitos outros.

Atualmente, a Queijaria Monte da Vinha, que está aberta o ano inteiro, produz cerca de 6000 queijos por semana, exportando cerca de 20 por cento da sua produção.